

CÁSSIO ROBIN PORTES

ANÁLISE DE MÉTODOS E
CLASSIFICAÇÃO DE RISCOS BANCÁRIOS

*Monografia apresentada para obtenção
do título de Especialista no curso
Pós-Graduação em Administração
Empresarial.
UFPR / FACE.
Prof. Moisés P. Silveira*

União da Vitória
1995

INDICE

INTRODUÇÃO	1
1 RETROSPECTIVA - O PLANO REAL	2
1.1 AS MUDANÇAS.....	3
2 O ESTUDO	4
2.1 A ANÁLISE OBJETIVA	4
3 AJUSTES AO MERCADO FINANCEIRO	6
4 RELAÇÕES DE INADIMPLÊNCIA	7
4.1 INADIMPLÊNCIA - SEGMENTAÇÃO P/ GRUPO	8
4.2 ESTRUTURA DE PASSIVOS	9
4.3 INDICADORES MÉDIOS	10
4.4 LIQUIDEZ	11
5 QUOCIENTESANALÍTICOS	12
5.1 LIQUIDEZ	12
5.2 SOLVÊNCIA	13
5.3 INADIMPLÊNCIA	14
5.4 RENTABILIDADE	14
5.5 GERAÇÃO DE CAIXA PRÓPRIO	15
5.6 CUSTO DE ESTRUTURA	16
5.7 FLUTUANTE	17
6 CONCLUSÃO	18

Introdução

O trabalho ora apresentado, tem como objetivo principal abordar um tema que passou a fazer parte do cotidiano de todos os cidadãos: "A economia brasileira após o Plano Real". Bem, na realidade não pretendemos abordar quais as diferenças que as mudanças trouxeram para dentro da residência do brasileiro, ou se este ou aquele produto tornou-se escasso ou não, mais barato ou não. Nossa abordagem embora seja direcionada às dificuldades encontradas pelas empresas em sua adaptação no novo sistema econômico, não deixa de citar os problemas decorrentes de qualquer plano de estabilização (dificuldades financeiras, desemprego, tensões sociais) que de uma forma ou de outra mobilizam a sociedade.

Procuramos abordar, mais precisamente, o que o Plano Real exigiu na mudança de comportamento e nos critérios de classificação de riscos bancários, já que este setor da economia foi nos últimos anos dos segmentos o mais privilegiado, devido aos ganhos facilitados do mercado financeiro; e nestes momentos, de escassez de recursos (controlados pelo Banco Central), os bancos viram-se com boa parte de seus créditos esvaindo-se com a inadimplência. Padrões tiveram que ser revistos, formas de trabalho ajustadas, metodologias modificadas, tudo isto visando superar a fase de transição, já que bancos, ao contrário de outros tipos de empresas, quebram na véspera, por simples divulgação de boatos.

Os dados apresentados neste trabalho, resumem um serviços de pesquisa junto a leitura de jornais e revistas especializados, conversa com executivos ligados a este tipo de análise. Inclusive responsáveis pela concessão de trabalho realizado junto a 113 bancos estabelecidos no país, e que vieram enriquecer os gráficos apresentados no presente trabalho, os quais traduzem a realidade vivida nesta amostra do setor financeiro.

1. Retrospectiva - O Plano Real

A realidade vivida pela economia brasileira no período de implantação do Plano Real (principalmente após o mês de outubro de 1994) causou modificações sem precedentes em todos os níveis da sociedade e conseqüentemente em todas as instituições.

No período Pré-Real, viu-se num primeiro momento grande parte da massa populacional partindo para o consumo através da aquisição de bens e serviços, iludidas na imagem da moeda forte, facilidades de financiamento para as compras à prazo e expectativa de estabilidade numa economia forte.

Acompanhando esse embalo consumista, as empresas buscaram adequar-se à realidade vivida, procurando sintonizar suas linhas de produção à demanda existente; financiando seus investimentos com recursos próprios ou capitais de terceiros.

Embora esta situação já havia sido vivida em plano econômicos anteriores.

As instituições de crédito por sua vez, devido ao excesso monetário, financiavam essas empresas ou consumidores através de suas linhas de crédito (CDC, desconto de duplicatas, financiamentos de bens duráveis, capital de giro entre outros).

1.1 As Mudanças

A partir do mês de novembro de 1994, uma série de medidas governamentais e de ordem econômica foram adotadas, com o intuito de definitivamente colocar um final no processo inflacionário até então vivido no país.

As medidas foram duras, uma vez que o ponto forte foi o enxugamento das bases monetárias, com a restrição do crédito. Este processo foi penoso e doloroso para todas as instituições, principalmente para aquelas que seu sistema funcional era financiado através de capitais de terceiros, pois nunca viveu-se no país um período de inadimplência tão elevada.

A inadimplência ocorreu justamente pelo enxugamento dos meios circulantes, fazendo com que o consumo caísse a níveis extremamente baixos, e pessoas e empresas deixaram de cumprir com seus compromissos.

Um dos setores mais atingidos pelo processo foi o setor bancário, vítima da onda falimentar que acometeu-se em seus correntistas e tomadores de dinheiro.

2. O Estudo

O nosso estudo está voltado para este segmento da economia. Pretendemos demonstrar através da Análise de Balanços, mais precisamente na utilização de quocientes, a avaliação de riscos no setor bancário; não apenas na concessão de empréstimos por parte dos bancos, mas também para quem deseja conhecer a situação de determinado banco, com a finalidade de investimento sua situação presente e possível situação futura.

Julgamos um trabalho de certa importância, haja visto que este segmento da economia depende necessariamente de ajustes no seu modo de trabalho, já que seus resultados anteriores prendiam-se exclusivamente nos ganhos inflacionários.

2.1 A Análise Objetiva / Subjetiva e por Indicadores

Procuramos neste trabalho uma metodologia de mensuração do risco bancário, envolvendo tanto a tradicional análise objetiva quanto a análise subjetiva, a fim de proporcionar um pequeno conhecimento quanto à definição de limites operacionais para alguns bancos. Esse estudo possui por finalidade a orientação na difícil tarefa de conciliar rentabilidade e risco em patamares adequados. No decorrer dos anos, os demonstrativos financeiros tornaram-se peças herméticas de difícil compreensão e até mesmo passíveis de conclusões destorcidas

Para o setor financeiro, de 1988 para cá, houve avanços na regulamentação das demonstrações financeiras do setor bancário, principalmente no que diz respeito à explicitação das operações compromissadas, de câmbio, das origens e aplicações de recursos e das receitas e despesas da atividade.

A análise por indicadores permite, através de relação entre rubricas que expressam atividades de uma instituição compor um retrato da situação em determinada data, válido apenas para o passado.

Qualquer trabalho nesta área não pode prescindir do aspecto subjetivo, que juntamente com os números dos balanços, condicionam o risco das instituições. Exemplos disso são: a qualidade dos ativos, as fontes de captação, a concentração em ativos de risco, a qualidade da administração e outros semelhantes (Análise subjetiva).

Antes porém, de darmos continuidade ao nosso raciocínio, vamos realizar uma rápida retrospectiva nas medidas inseridas pelo Governo Federal no sistema monetário, e vamos apresentar alguns números que demonstram as situações financeiras de algumas entidades a fim de facilitar a compreensão deste estudo.

3. Ajuste ao Mercado Financeiro

O ambiente de atividade dos bancos no primeiro trimestre de 1995 foi moldado pelas medidas de ajuste de Plano Real, em especial às de restrições de consumo que se intensificaram naquele período. Houve também medidas de ajuste da banda cambial pelo persistente déficit em nossa balança comercial.

Neste período, o Governo elevou para 30% o compulsório sobre os depósitos à prazo e criou um recolhimento de 60% sobre o adicional captado pelos bancos a partir do saldo do final de fevereiro de 1995, que foi revogado agora no mês de junho, além de inibir o crédito para as empresas, extinguindo o tradicional desconto de cheques junto às instituições bancárias, fator que restringiu em muito o capital de giro, principalmente das empresas comerciais. Depois dessas medidas, observou-se um arrefecimento do consumo a partir de maio que se intensificou em junho e ainda persiste; descartando momentaneamente o receio de uma disparada inflacionária.

A queda no consumo provocou um problema de giro no comércio e a redução das prestações e dos recursos, uma forte onda de inadimplência dos consumidores, que se estendeu para a indústria e, finalmente, aos bancos. A regra passou a ser cobrar os créditos atrasados, já que havia o receio de que a extensão deste processo levasse a uma iliquidez no Sistema, fato que não foi verificado.

Por isso, o governo fez concessões, principalmente quanto aos prazos permitidos para operações de crédito (estendeu para um prazo de 90 dias). É claro que os bancos não passaram incólumes. Receitas foram perdidas, novos créditos deixaram de ser efetuados e foi preciso fazer um reforço nas áreas de análise de crédito, até mesmo por exigência do Banco Central.

4. Relações de Inadimplência

Os valores de operações de crédito e inadimplência nos trimestres de junho/94, dezembro/94 e março/95 foram os seguintes:

RELAÇÕES DE INADIMPLÊNCIA AMOSTRA DE 113 BANCOS

	JUN. 94	DEZ. 94	MAR. 95
EMPRÉSTIMOS (A)	67,4	103	106,4
INADIMPLÊNCIA (A)	3,8	6,4	6,7
RELAÇÃO (B/A) %	5,6	6,2	6,3

Estes números, apesar de parecerem pequenos, são preocupantes. Cada décimo de ponto percentual representa cerca de R\$ 110 bilhões não recebidos, e isto são valores para deixar em situação de insolvência muitos bancos que operam atualmente no país.

Os bancos que mais sentiram as modificações foram aqueles especializados em pequenos créditos, ou seja, crédito direto ao consumidor (CDC). Estes bancos trabalham com uma vasta carteira de clientes, e são aqueles que arcam com os maiores juros do mercado, tornando mais complicada a negociação.

Na posição do primeiro semestre deste ano, a situação de inadimplência apresentava números preocupantes, tanto que, dos 113 bancos pesquisados 39 entraram em situação de alerta, conforme demonstra o quadro abaixo:

4.1 Inadimplência - Segmentação por Grupo

INADIMPLÊNCIA - SEGMENTAÇÃO POR GRUPO

PORTE	BANCOS EM SITUAÇÃO DE ALERTA	TOTAL DO SEGMENTO	PERCENTUAL DO SEGMENTO
GRANDE	3	20	15
MÉDIO	11	39	28,2
PEQUENO	25	54	46,3
TOTAIS	39	113	100

O esforço de negociação implementado pelos bancos, deverá reduzir estes valores para o próximo semestre. Neste segundo semestre os bancos já demonstram um aumento dos ativos, devido a mudanças na política econômica do governo, como abertura (embora restrita) na concessão de créditos e reduções de compulsórios que eram recolhidos ao Banco Central, possibilitando assim, a retenção de recursos junto aos bancos.

Segundo periódicos especializados no setor, percebeu-se uma condução nas aplicações de recursos por parte dos bancos, em títulos de maior liquidez, principalmente os federais.

Também as informações demonstram que 80% dos ativos continuam sendo financiados por recursos tradicionais, como depósitos, empréstimos e repasses no país e exterior, devendo ser observado o aumento dos depósitos à prazo, devido às taxas de juros praticadas e incertezas que ainda pairam no ar.

4.2 Estrutura de Passivos

ESTRUTURA DE PASSIVOS

AMOSTRA DE 113 BANCOS

PASSIVO	DEZ. 94	%	MAR.94	%	VAR. %
DEPÓSITOS À VISTA	13,5	5	9,9	4	.(26,7)
DEPÓSITOS À PRAZO	54,4	22	68,6	24	26,1
DEPÓSITOS DE POUPANÇA	29,9	12	31,9	11	6,7
DEPÓSITOS INTER FINANCEIROS	24	10	18,5	7	.(22,9)
REPASSES PAÍS	27,4	11	26,4	9	.(3,6)
REPASES EXTERIOR	25,6	10	30,4	11	18,7
CARTEIRA DE CAMBIO	10,9	4	17,5	6	60,7
RECURSOS PRÓPRIOS	26,9	11	27,8	10	3,3
TOTAL	252,3	100	280,1	100	11

4.3 Indicadores Médios

INDICADORES MÉDIOS COMPARADOS AMOSTRA DE 113 BANCOS

INDICADOR	JUN. 94	DEZ. 94	MAR. 95
LIQUIDEZ	1,07	1,1	1,05
SOLVÊNCIA	1,06	1,11	1,08
INADIMPLÊNCIA %	2	3	5
RENTABILIDADE %	22,73	31,19	9,02
CUSTO	NC	0,72	0,88(*)
GERAÇÃO DE CAIXA	0,12	0,17	0,06
ALAVANCAJEM	8,28	6,09	6,39

A título de conhecimento, no Brasil, os recursos próprios dos bancos, financiam na média cerca de 10% dos ativos, enquanto que nos Estados Unidos e Japão os bancos trabalham em níveis médios de 5%.

Neste segundo semestre, os ajustes já está permitindo navegar de forma mais segura. A liquidez que tanto preocupou no final de 1994 e início de 1995 já não é mais ordem do dia, embora ainda persistam problemas.

Se considerarmos com sendo 1 (um) o índice ideal de liquidez, teríamos a seguinte distribuição por seguimento, como demonstra o quadro a seguir:

4.4 Liquidez

LIQUIDEZ

SEGMENTO	JUN. 94	% DO SEGMENTO	DEZ. 94	% DO SEGMENTO	MAR. 95	% DO SEGMENTO
B. GRANDES	10	71	8	53	12	60
B. MÉDIOS	35	80	34	81	23	59
B. PEQUENOS	47	85	49	88	40	74
TOTAL	113		113		113	

Após esta retrospectiva dos fatos que causaram profundas modificações no nosso Sistema, iremos agora abordar Critérios e indicadores que as instituições de um modo geral deverão assumir daqui para frente na condução de suas atividades, visando proporcionar passos mais curtos, porém mais seguros, que certamente deverão fortalecer nossa economia.

5.Quocientes Analíticos

5.1 Liquidez

Bancos operam com moeda e crédito, produtos extremamente volteis. A surpresas possibilidades (não o fato em si) de uma instituição vir a ter problemas de liquidez, ou seja, escassez de moeda para honrar compromissos, já suficiente para colocar em risco toda a estrutura do banco, quer seja grande, médio ou pequeno, privado, estatal ou estrangeiro. É verdade que há mecanismos em vigor que amenizam as conseqüências da falta de liquidez, tais como o CDI, o Redesconto de Liquidez do BACEN. Estes instrumentos, no entanto, se reduzem os efeitos, não eliminam as causas.

A análise de balanço por indicadores não tem a capacidade de detectar este problema com eficiência, por tratar-se de um aspecto conjuntural do banco. Por isso, não se pode admitir que uma instituição permaneça com problemas de liquidez por muito tempo.

Na análise tradicional por indicadores, dada a defasagem de publicação dos balanços, quando se perceber a falta de liquidez, é possível que o banco já tenha sofrido suas conseqüências. Pode-se, no entanto, detectar a instituição que está operando com margens muito estreitas de liquidez, ou mesmo aquelas que sistematicamente optam pela "aventura" de operarem descasadas.

As possíveis distorções causadas pela comparação de bancos comerciais puros com bancos múltiplos, são amenizadas pela exclusão de 50 % do total de depósitos de poupança do Passivo Circulante.

Este percentual corresponde à média de recursos de poupança alocados no Ativo Realizável de Longo Prazo. Estes valores são a maior diferença entre estas duas estruturas de bancos, e esta dedução, no caso deste indicador, reduz consideravelmente as distâncias. Casos extraordinários, no entanto, serão objeto de consideração na análise subjetiva de cada banco.

$$\text{LIQUIDEZ} = (\text{ATIVO CIRCULANTE RECEBÍVEL}) / (\text{PASSIVO CIRCULANTE (0,50 DEPÓSITO POUPANÇA)})$$

5.2 Solvência

Este indicador tem a capacidade de demonstrar problemas estruturais do banco, já que ao registrar valores abaixo de 1,0, assume que a instituição está financiando Ativo Permanente com recursos captados de terceiros, no caso clientes ou outras instituições. Se o indicador de liquidez for também menor que 1,0, o banco pode estar financiando permanente com recursos de curto prazo o que poderá agravar a sua situação.

Dessa forma, indicadores abaixo de 0,91 ativam a **COLUNA DE ALERTA.**

$$\text{SOLVÊNCIA} = (\text{ATIVO CIRCULANTE e REALIZÁVEL DE LONGO PRAZO RECEBÍVEIS}) / (\text{EXIGÍVEL TOTAL})$$

5.3 Inadimplência

A atividade básica dos bancos é intermediar recursos, captando poupanças e gerando operações de crédito. Ao não receber um empréstimo realizado, o banco incorre em vários problemas:

- 1) Reduz seu resultado do período pelas provisões efetuadas;
- 2) Reduz sua capacidade de emprestar, aumentando a necessidade de captação compensatória, possivelmente com taxas de juros agressivas e;
- 3) Aumenta as despesas por conta de todo um processo de cobrança

A inadimplência representa um risco com conseqüências no presente e no futuro da instituição, além de insinuar a competência do banco em escolher bem seus clientes devedores

$$\text{INADIMPLÊNCIA} = (\text{CRÉDITO INADIMPLENTES})/(\text{OPERAÇÕES DE CRÉDITO AJUSTADAS ÀS PROVISÕES})$$

5.4 Rentabilidade

Bancos, como qualquer empresa em um sistema capitalista trabalham pelo lucro. Se este objetivo não está explícito no Relatório da Administração naturalmente destacando o lado social-político é mera estratégia para não chamar atenção sobre algo considerado "pecaminoso" por alguns setores da sociedade. O fato é que bancos precisam ter lucro, e bastante, para compensar o risco a que são submetidos nas operações.

Bancos, diferentes de qualquer empresa em um sistema capitalista, quebram na véspera, quando seus problemas são ainda apenas uma suspeita. Neste sistema, rentabilidade abaixo de 7% ao ano significam retorno muito baixo, suficiente para dobrar o Patrimônio Líquido somente em 10 anos.

Deve-se considerar, porém, que taxas baixas de rentabilidade em um determinado período não representam, necessariamente, problemas, mas, em alguns casos, estratégias que poderão mudar o patamar de rentabilidade no futuro. A análise subjetiva tem condições de avaliar cada caso, ainda que a classificação estatística onere os bancos com baixa rentabilidade.

$$\text{INADIMPLÊNCIA} = (\text{CRÉDITO INADIMPLENTES}) / (\text{OPERAÇÕES DE CRÉDITO AJUSTADAS ÀS PROVISÕES})$$

5.5 Geração da Caixa Próprio

As atividades dos bancos precisam ser remuneradas e suficiente para honrar os compromissos financeiros, (clientes), de custeio (funcionários e fornecedores) e tributários (governos). Esses compromissos são saldados com caixa gerado nas operações.

É certo que de qualquer maneira os bancos pagarão suas contas, já que "dinheiro" é o que não falta. Porém precisam gerar caixa própria, fruto de sua atividade, senão correm o risco de utilizar recursos captados de clientes para honrarem seus próprios compromissos.

Utilizar recursos de clientes para esse fim, pode não ser um problema se ocorre uma vez. Se, no entanto, o fato se repete por vezes consecutivas, cria uma situação de risco real para a instituição, que normalmente é sanada com venda de ativos imobilizados ou investimentos.

GERAÇÃO DE CAIXA PRÓPRIO (GERAÇÃO DE CAIXA NA ATIVIDADE - DIVIDENDOS - INVESTIMENTOS) / PATRIMÔNIO LÍQUIDO.

5.6 Custo da Estrutura

As principais despesas dos bancos são financeiras, representadas pelo custo dos recursos captados para fazer frente as operações ativas.

Há um tipo de despesa, no entanto, que não possui ação direta com as receitas financeiras ou da atividade básica dos bancos são as **DESPESAS DE CUSTEIO** geradas pela existência da estrutura física e de pessoa instituição.

Este indicador demonstra o quanto do Resultado Financeiro é despendido para custear a estrutura operacional ou em outras palavras, quanto custa a estrutura do banco em relação à sua geração de resultado da atividade básica (incluindo serviços e investimentos em outras empresas).

É possível que alguns bancos estejam superdimensionados e por isso precisando gerar receitas em outras atividades, que não a bancária. É possível que outros estejam subdimensionados e por isso superutilizando seus recursos, com queda de produtividade.

Um levantamento dos últimos quatro semestres mostrou que os bancos, em média, utilizam 70% do que lucram com a atividade básica para financiar sua estrutura.

$$\text{CUSTO DA ESTRUTURA} = (\text{DESPESA DE CUSTEIO}) / \text{RESULTADO GERAL DA ATIVIDADE}$$

5.7 Flutuante

Esse indicador será usado para adequar a análise global a aspectos de conjuntura, de forma a dar uma visão mais clara da real situação da instituição.

Por exemplo, na medida em que a concentração dos recursos em título públicos, câmbio ou crédito, surgiram aumento do risco, inclui-se o indicador flutuante que mostra mais especificamente o risco naquelas operações. Esse indicador deixará de ser considerado quando a conjuntura se modificar.

6. Conclusão

No mês de julho de 1995, o Brasil completou um ano de execução do Plano Real, e a despeito de muitas informações o Sistema Financeiro pagou um preço muito menor do que o previsto, para conviver com inflação baixa; isso se compararmos com os segmentos comerciais e industriais que evidentemente foram os mais atingidos, por problemas os mais diversos, desde liquidez, vendas, geração de recursos, produtividade entre outros.

A verdade é que agora estamos podendo realizar uma avaliação do custo da transição e à luz dos fatos podemos notar problemas de ordem social como o elevado índice de desemprego e conseqüentemente aumento no número da população à margem da sociedade, como problemas de ordem econômica como a recepção (embora o Governo negue esta afirmativa), déficit em balança de pagamentos causada pela disparidade Dólar/Real e o próprio arrocho no crédito.

Por outro lado, não pode ser negado que as medidas adotadas pelo Governo estão permitindo avanços em todos os setores da economia. Podemos destacar nestes avanços, realidades como a modernização da economia, onde uma economia estável permite a permanência daqueles que se especializam naquilo que fazem, o processo de privatização tende a ser acelerado, haja visto que em economias abertas há necessidades de investimentos em tecnologia para melhoria da produtividade, qualidade, controle de custos entre outras necessidades difíceis de serem aplicadas em entidades estatais.

O Sistema Financeiro também saiu fortalecido desta transição. As medidas de controle adotadas pela Autoridade Monetária permitiram um maior grau de segurança ao Sistema, exigindo-lhe capitalização e maior transparência nas operações.

Pelo lado internacional, a política adotada também vem refletindo a confiança que os investidores externos começam a ter no país. Prova disso é o retorno do Brasil na comunidade financeira internacional, onde já começa obter expressiva captação de recursos junto a outros países.

Neste momento em que estamos iniciando o ultimo trimestre do ano podemos arriscar um palpite de que o custo da transição embora dolorido, faz-se necessário.

Não pode ser negado que a empresa brasileira tem capacidade de ajustar-se a situações com uma facilidade e rapidez de fazer inveja a qualquer entidade de países desenvolvidos. Empresas acostumadas a viver com a "benesse" da reposição automática do capital, passaram a aprender a ganhar na produtividade, aprendendo a engatinhar na difícil tarefa de mudar uma cultura arraigada no dia-a-dia.

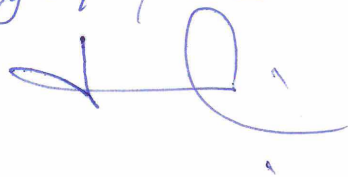
As empresas e o Governo já realizaram em muito a sua parte, resta agora aguardar a decisões do Congresso Nacional no que diz respeito à reforma constitucional, fator imprescindível no êxito da estabilidade econômica brasileira.

Referências-Bibliográficas

- 1 Jornal Gazeta Mercantil
- 2 Jornal Indústria e Comércio
- 3 Revista Exame
- 4 Pesquisa realizada junto à Fundação Banestado

Aprovado, 70 (sete)

30/5/96

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized, cursive script that is difficult to decipher but appears to be a personal name.